



Autos nº 0011016-63.2014.8.24.0600

Ação: Inspeção

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara de Direito Bancário da comarca da Capital

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral,

Em complementação ao relatório correicional de fls. 101-159, cumpre anotar que não houve comparecimentos na ouvidoria presencial.

Ainda, lançar as seguintes observações:

Ao tempo da visita presencial as varas de Direito Bancário da comarca da Capital funcionavam em sistema de cartório único, razão pela qual os trabalhos foram desenvolvidos com reuniões conjuntas. Bem assim, optou-se pela edição de um só relatório, que possibilite aos magistrados e equipe de trabalho uma visão geral da situação do cartório.

Na reunião de abertura, estavam presentes os Drs. Leone Carlos Martins Júnior, titular da 2ª Vara, e as Dras. Margani de Melo e Andrea Cistina Rodrigues Studer, que respondiam pela 1ª e 3ª varas. A Dra. Margani atuava na unidade há um mês, e a Dra. Andréa apenas respondia durante as férias do Dr. Marco Aurélio Ghisi Machado, que retornou às funções durante o trabalho correicional.

O Dr. Leone falou da situação das unidades e do cartório, referindo a falta de servidores e apontado a necessidade de capacitação destes para as rotinas de trabalho.

A Dra. Margani referiu que já detectara a mesma necessidade, assim como de otimização dos procedimentos.



Destacou-se, na reunião, a importância de unificação de procedimentos determinados que, sem afetar o entendimento de cada magistrado, pudessem melhorar as rotinas de trabalho. Também, que é recomendável que se estabeleçam parcerias entre gabinetes e cartório, tanto para a padronização de procedimentos acima referida, como para a busca de soluções conjuntas e iguais para a organização e andamento dos processos.

Foi referido, ainda, o processo de acompanhamento do cartório, que tramitou em face de determinação exarada pela Corregedoria Nacional de Justiça por força de inspeção geral realizada no Estado no ano de 2013. Por força das atividades de movimentação dos autos paralisados em cartório, detectada naquele feito, haviam sido localizados diversos processos em filas de trabalho do cartório que não se destinavam à tarefa a executar, ressaltando-se a necessidade de permanente controle e revisão dessas filas, assim como de seu frequente acesso e exame pelos magistrados e assessoria. Esse controle, que passou a ser exercido na unidade, já apresentava reflexos na movimentação dos autos.

Aventou-se, também, a possibilidade de trabalho de organização do cartório em núcleos de produção. No entanto, com a adoção de diretriz administrativa que implantou a Divisão de Tramitação Remota nas unidades em questão, na qual houve a inclusão também das Varas Regionais de Direito Bancário de Balneário Camboriú e Itajaí, a medida deixou de ser necessária e adequada, evitando-se assim sobreposição de atividades (Resolução GP/CGJ n. 3).

Durante as atividades correicionais foram repassadas diversas orientações para organização das filas de trabalho e foi possibilitado que se verificassem diversas rotinas e forma de seu cumprimento no âmbito do processo digital.

Questão pontual anotada refere-se à lotação de servidores em gabinete, notadamente porque na 2ª vara, além de três



assessores, atuava uma analista jurídica, totalizando 4 servidores, ao passo que na terceira vara havia atuação de somente dois servidores em gabinete.

Embora a questão não tenha sido objeto de reclamação pelos magistrados da primeira e terceira varas, de acordo com a Resolução 17/2011-GP, cada gabinete de juiz de direito de primeiro grau pode contar com pessoal de assessoramento e de apoio, indicados pelo respectivo magistrado, consistentes em um assessor jurídico, um assessor de gabinete, três estagiários e dois voluntários.

A par disso, a Resolução n. 32/2013-GP instituiu mais uma função gratificada, alterando o quadro de pessoal dos gabinetes nas varas em que tramitam processos digitais.

Na motivação da Resolução referida foi destacado que com o processo digital haveria a supressão de atividades mecânicas, o que importará em redução de atividades cartorárias e em uma carga maior de processos para análise em Gabinete. Referido ato normativo não só prevê a necessidade de deslocamento de parte da força de trabalho para os gabinetes, como, evidentemente, parte de situação constatada em unidades nas quais já tramitam processos digitais.

Numa avaliação do quadro encontrado nas atividades correicionais, tenho que essa realidade já se faz presente também nas unidades ainda não atendidas pela nova tecnologia. É que ainda que com processos físicos, o primeiro grau trabalha sob o ritmo de otimização das rotinas de cartório e incorporação de tantas destas pelo próprio Gabinete, como, somente a título de exemplo, a penhora *on line* e juntada de petições em processos conclusos. Também é rotineira a praxe de devolução de processos a cartório com as folhas dos atos decisórios já numeradas e juntadas fisicamente aos autos, sendo despendido bom tempo, ainda, em recebimento e remessa de autos. A par disso, a atividade que é inerente ao setor, de elaboração de despachos, decisões e sentenças, demanda em boa parte estudos mais demorados para sua finalização.



Não sem razão, assim, encontram-se nos gabinetes pontos de estrangulamento no trâmite dos processos. Essa situação já foi constatada em diversas unidades, para as quais a melhor solução parece ser a redistribuição de pessoal.

Reconhece-se, também, que as resoluções da Presidência que normatizam a lotação de servidores visam estabelecer um quadro hegemônico nas diversas unidades do Estado, bem como evitam distorções que possam decorrer de um grande número de servidores em Gabinete, em detrimento do Cartório. Situações tais já foram encontradas por esta Corregedoria, a ponto de demandar intervenção para que fossem corrigidas.

É fato, porém, que a não tão antiga estrutura que se vem propiciando aos gabinetes é decorrência do reconhecimento da necessidade de assessoramento aos magistrados de primeiro grau, e o incremento de pessoal em tais setores das varas é consequência do quadro acima anotado.

De outra parte, tanto esta Corregedoria quanto o Conselho Nacional de Justiça recomendam aos juízes que gerenciem o todo das unidades jurisdicionais, e é certo que há situações que não podem ser enquadradas numa formatação específica.

Assim é que, nas unidades em que não se verifica prejuízo, do ponto de vista correicional, a situação tem sido ressaltada, sem prejuízo de comunicação à Presidência. No caso específico, no entanto, há desequilíbrio entre os servidores dos gabinetes, e a situação foi ponderada aos magistrados presentes na reunião final, com ciência de que seria determinada a adequação.

Toda a avaliação ora relatada foi informada e ratificada na reunião de encerramento, que contou com a participação desta Juíza-Corregedora, da equipe técnica da Corregedoria, dos magistrado Marco Aurélio Ghisi Machado e da Dra. Margani de Mello, bem como da Chefe de Cartório. O Dr. Leone Carlos Martins Júnior estava em



férias na data da reunião final.

Na data atual, várias situações anotadas no relatório já foram resolvidas, mas o problema de edição detectado no documento, em que não constaram as anotações ora apresentadas à Vossa Excelência deve ser suprido, o que ora se faz com a apresentação deste documento.

Solicito, assim, para complementação do relatório encaminhado, nova remessa do mesmo, em conjunto com a presente peça, aos juiz titular da 2ª Vara de Direito Bancário e aos magistrados designados para as 1ª e 2ª Varas, ao Chefe da Divisão de Tramitação Remota e aos Chefes de cartório, com renovação do prazo inicialmente fixado, para cumprimento.

Às determinações lançadas, sugere-se que seja acrescida a de informação, pelos magistrados da 2ª e 3ª Varas, de adequação do quadro de servidores de Gabinete às Resoluções 17/2011-GP e 32/2013-GP.

Também, a juntada desta manifestação e da decisão de Vossa Excelência aos autos 556223-2014.6, formados na Presidência do Tribunal de Justiça, com a devolução à origem.

Ainda, o encaminhamento do relatório e desta manifestação ao Diretor-Geral Judiciário e ao Juiz-Corregedor do Núcleo II, para conhecimento e providências necessárias.

Complementando assim o relatório, anoto, ao final, que os magistrados das unidades de Direito Bancário das varas regionais de Itajaí e Balneário Camboriú encaminharam as portarias de delegação de atos à fls. 177 e 179, respectivamente.

A portaria expedida na comarca de Balneário Camboriú delegou poderes para assinatura somente ao chefe de cartório daquela comarca, devendo sê-lo, no entanto, em relação ao chefe de cartório da Capital, onde tramitam processos da vara regional (item 3 da decisão de fl. 160-161). Ocorre que agora, com a implantação da Divisão de Tramitação Remota, essa delegação deve ser feita ao respectivo chefe



de divisão, razão pela qual sugere-se que a regularização da situação, necessária agora em relação às duas unidades, seja feita via Direção-Geral Judiciária, que deverá solicitar e encaminhar cópias das portarias a estes autos de correição. Os originais destas portarias, por seu turno, deverão ser arquivados pelo Chefe de Divisão.

É o que me cumpre anotar e submeter à apreciação de Vossa Excelência.

Florianópolis (SC), 02 de dezembro de 2014.

Maria Paula Kern
Juíza-Corregedora